



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Estadual Anderson Monteiro

REQUERIMENTO N° 20.130 /2025

(Do Dep. Anderson Monteiro)

Senhor Presidente,

Requer-se, na forma do art. 302 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba (Resolução n.º 1578/2012), e após ouvido o plenário, que seja realizada audiência pública conjunta entre a Assembleia Legislativa da Paraíba e a Câmara Municipal de João Pessoa, a fim de debater a decisão da Prefeitura de João Pessoa de não renovar o contrato com o Hospital Padre Zé, bem como os impactos sociais e sanitários decorrentes dessa medida.

JUSTIFICATIVA

O Hospital Padre Zé, entidade filantrópica de reconhecida relevância social, é atualmente responsável por 100 leitos de Unidades de Cuidados Prolongados (UCP), sendo o único equipamento de saúde habilitado para essa modalidade de internação no Estado da Paraíba. A manutenção desses leitos é garantida por meio de contrato firmado com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, com recursos oriundos do Fundo Municipal de Saúde, no valor mensal de R\$ 800.000,00.

Apesar de anos de irregularidades sob a gestão anterior do ex-diretor Padre Egídio, o contrato com o hospital foi mantido inalterado. Contudo, agora, sob a nova gestão do Padre George, que tem promovido melhorias significativas na administração e no atendimento prestado, a Prefeitura de João Pessoa decidiu não renovar o contrato, alegando irregularidades nas prestações de contas da antiga gestão, mesmo sem responsabilização formal da atual direção ou abertura de processo administrativo que garanta o contraditório e a ampla defesa.

Essa decisão ameaça a continuidade dos serviços essenciais prestados à população mais vulnerável, colocando em risco centenas de pacientes que dependem dos cuidados prolongados oferecidos pelo hospital. Também compromete toda a rede de atenção à saúde municipal, que utiliza o Padre Zé como unidade de retaguarda para pacientes que não precisam mais de internação em unidades de alta complexidade, mas que tampouco podem retornar para casa sem suporte clínico adequado.

Diante da gravidade da situação, propõe-se a realização de uma audiência pública conjunta entre a Assembleia Legislativa da Paraíba e a Câmara Municipal de João Pessoa, com o objetivo de debater:

- As razões que levaram à não renovação do contrato;



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Estadual Anderson Monteiro

- As responsabilidades da atual gestão do hospital frente às irregularidades anteriores;
- As consequências sociais e sanitárias da suspensão do contrato;
- E, principalmente, quem responderá pelos pacientes hoje internados no Hospital Padre Zé e pela interrupção dos serviços de UCPs no município.

O debate público se faz urgente e necessário, a fim de garantir transparência, responsabilidade administrativa e proteção ao interesse público e à saúde da população paraibana. Diante do exposto, vimos a necessidade de solicitar esta audiência pública em conjunto com a Câmara Municipal de João Pessoa, motivo pelo qual contamos com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala de Sessões, em 14 de abril de 2025.

DEP. ANDERSON MONTEIRO
Deputado Estadual